

## EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS: APONTAMENTOS E REFLEXÕES

Matheus Felipe Araujo Souza<sup>1</sup>

Rafaela Valesca Alves de Medeiros<sup>2</sup>

Deborah Cunha Galvão de Medeiros<sup>3</sup>

Prof. Me. Ronny Diogenes de Menezes<sup>4</sup>

### RESUMO

O artigo ora proposto é fruto das pesquisas desenvolvidas no Grupo de Pesquisa Cognição, Aprendizagem e Inclusão (GPCAI) na linha de pesquisa aprendizagem colaborativa na educação de surdos. Destaca-se as dificuldades enfrentadas no processo de aprendizagem dos alunos com surdez. Refletir e pôr em prática a educação bilíngue é um importante passo para garantir uma educação melhor para os alunos surdos. Avaliada, a proposta do bilinguismo é um direito dos surdos poderem aprender na sua própria língua, que a Língua Brasileira de Sinais (Libras), assim facilita o desenvolvimento dos alunos surdos em diversos aspectos e não apenas na educação, mas também em sua vida na sociedade. A política bilíngue está garantida e amparada pelo Decreto nº 5.626/05 na qual regulamenta a Lei nº 10.436/02 lançando os direitos educacionais dos surdos. Na pesquisa bibliográfica encontram-se dados importante referentes a educação bilíngue e o uso do bilinguismo, apontando informações satisfatória da aplicação desses métodos para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem dos educandos surdos.

**Palavras-chave:** Bilinguismo, Educação, Libras, Surdez.

### INTRODUÇÃO

As pessoas com surdez enfrentam várias dificuldades durante sua formação escolar, muitos alunos surdos são prejudicados por falta de estímulos adequados as suas capacidades e possibilidades linguísticas, cognitivas, políticas e sociais. No percurso histórico escolar das pessoas com surdez destacam-se três tendências educacionais: a oralista, a comunicação total

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, [matheusfelipeasz@ufm.edu.br](mailto:matheusfelipeasz@ufm.edu.br).

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, [rafaelavalesca0@gmail.com](mailto:rafaelavalesca0@gmail.com);

<sup>3</sup> Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, [deborahmedeiros@gmail.com](mailto:deborahmedeiros@gmail.com);

<sup>4</sup> Professor orientador: Mestre: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, [ronny.diogenes@hotmail.com](mailto:ronny.diogenes@hotmail.com).

e a abordagem por meio do bilinguismo (DAMÁZIO, 2007, p. 19). Este artigo busca como finalidade uma discussão reflexiva sobre a educação bilíngue através de uma proposta metodológica qualitativa pelo levantamento bibliográfico de pesquisas que discutem a temática principal e por relatos de alunos surdos que expressam suas experiências educacionais na escola regular e na escola ou classe bilíngue. “A Educação Bilíngue para surdos não se fundamenta apenas em um campo, mas em vários: Educação, Linguística, Direito, Política, entre outros” (MÜLLER et al, 2013, p.5), por isso é favorável abordar a língua enquanto direito político.

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (UNESCO,1996) em seu Artigo 25 afirma que “Todas as comunidades linguísticas têm o direito através de recursos humanos, como professores capacitados e materiais tecnológicos metodologicamente adequados, para o ensino em sua própria língua através de manuais e equipamentos adaptados no interior do território onde residem”. Alargando esse direito também a comunidade surda<sup>5</sup>, podemos constatar a sua legitimidade por uma educação bilíngue que promova o desenvolvimento linguístico, cognitivo e social.

Seguindo esses princípios, percebe-se que compreender a língua como um direito de expressão subjetiva e política, é também refletir sobre o direito a aquisição dessa língua, seu ensino e aprendizagem. Ao nos dirigirmos aos indivíduos surdos, nos referimos igualmente a diversas camadas de complexidades que envolvem esses sujeitos que residem por todo o território brasileiro, possuem uma cultura e são usuários de língua específica, sendo esta reconhecida por lei, nº 10.426/02, como meio legal de comunicação e expressão, a Libras.

A Língua de Sinais Brasileira (Libras) é uma língua da modalidade viso-espacial, ou seja, sua percepção se dá pela experiência visual; a comunicação é produzida por sinais em um determinado espaço apoiado por elementos manuais, corporais e faciais. Já a Língua Portuguesa contempla a modalidade oral-auditiva, onde a produção de informação se dá pelo aparelho fonador, e a recepção dessa informação por meio da audição (MÜLLER *et al*, 2013, p.4). Frente a esses dois modelos linguísticos, é coerente afirmar que se deve adotar propostas metodológicas distintas para o processo de ensino-aprendizagem que ocorre com os usuários destas diferentes línguas. Uma das propostas que queremos discorrer aqui é sobre o bilinguismo.

“O bilinguismo pode ser entendido como um fenômeno mundial no uso alternado de duas línguas, mas poucos são os países que se reconhecem como bi/multilíngues” (MÜLLER

---

<sup>5</sup> Comunidades surdas são grupos que partilham uma identidade cultural, crenças e valores comuns através de sua língua preferencial, enquanto patrimônio histórico-social (FELIPE, 2012, p.9).

*et al*, 2013, p.3). Países que possuem uma ou mais línguas majoritárias, incluem em suas propostas educacionais bilíngues o ensino de outra língua majoritária estrangeira nos currículos das escolas regulares ou bilíngues, mas em relação às línguas minoritárias, estas podem ou não ser consideradas na proposta educacional (FELIPE, 2012, p.7).

Diante disso, a proposta para a educação dos surdos é o ensino bilíngue, compreendido como o uso da Libras como língua de instrução<sup>6</sup> e primeira língua (L1), a língua mais usada, e o Português como segunda língua (L2), a língua assimilada depois da primeira ou menos usada (FELIPE, 2012, p.10).

Felipe (2012, p.12-18) analisa algumas propostas bilíngues distinguindo-as entre formas fracas e fortes. Formas fracas: Submersão, submersão com classe de língua separada, ensino segregacionista, educação bilíngue transitória, educação regular com ensino de uma língua estrangeira e educação separatista. Formas Fortes: Educação Bilíngue por imersão, educação bilíngue de direção dupla em duas línguas, educação bilíngue geral, e Manutenção e educação bilíngue em língua patrimonial. Esta última visa o bilinguismo pleno, as escolas que assumem essa proposta têm como objetivo o fortalecimento da identidade linguística minoritária de seus alunos, que aprendem a língua majoritária junto com sua língua nativa como língua de instrução.

Assim, os alunos transmitem com mais facilidade os conceitos e conhecimentos aprendidos pela sua língua materna, para a língua majoritária. Portanto é preciso analisar a política educacional colocada aos surdos no contexto brasileiro, e analisar se essa proposta é forte ou fraca para se aplicar em situações diversas no processo de ensino-aprendizagem com os alunos surdos ou com deficiência auditiva.

Nesse sentido, a política nacional bilíngue para surdos está amparada pelo Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/02 lançando os direitos educacionais nacionais dos surdos. No capítulo VI artigo 22 parágrafo primeiro do decreto é conceituado o que entendemos por escolas ou classes de educação bilíngue: “São denominadas escolas ou classes de educação bilíngüe aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo” (BRASIL, 2005). Ainda dá outras providências, tais como:

---

<sup>6</sup> Língua de instrução é a “Língua veicular utilizada como meio de comunicação e transmissão de conhecimentos para todas as disciplinas curriculares” ( FELIPE, 2012, p.10)



Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa. (BRASIL, 2005).

Portanto, conforme explicado, a escola bilíngüe adota o ensino bilíngüe que neste caso é focalizado no indivíduo surdo ou com deficiência auditiva. Este é apoiado por um corpo docente das várias áreas do ensino ciente das particularidades lingüísticas desses alunos; a escola inclusiva pode adotar a classe bilíngüe com o apoio de professores e do intérprete de libras, proficientes na língua.

Diferentemente das escolas bilíngües, as escolas inclusivas colocam o aluno surdo em classes com alunos ouvintes e a língua mais utilizada durante toda a aula é o Português e o intérprete se coloca como mediador entre o surdo e os ouvintes. As escolas regulares devem priorizar a língua de seus alunos surdos (Libras) ou ouvintes (Português), para a transmissão, aquisição e desenvolvimento do conhecimento que se dá por meio da língua, medindo esse conhecimento igualmente pela língua utilizada pelo aluno surdo ou ouvinte (MOURA; FREIRE; FELIX, 2017, p. 1286) A partir disto, cabe refletir sobre essas práticas e propostas lingüísticas, analisá-las e compará-las para chegar a um método efetivo e seguro de aprendizagem em todo o processo de ensino básico.

Outra proposta oferecida aos alunos surdos no âmbito da escola regular inclusiva é o Atendimento Educacional Especializado (AEE), podendo ser entendido como uma modalidade de ensino que irá auxiliar no processo de aprendizagem do aluno nas devidas etapas escolar, através da utilização de recursos e estratégias específicas para a condição do discente. É objetivo do AEE eliminar barreiras, buscando a acessibilidade através dos espaços, materiais didáticos, equipamentos e sistemas de comunicação para promover uma educação de qualidade.

Para Alves, Ferreira, Damázio (2010, p.09-10) o AEE promove o conhecimento em Libras e em Língua Portuguesa de modo não hierarquizado, linear e fragmentado, e sim tecendo relações através de construções e reconstruções de experiências por onde as informações processam-se pautadas pelo diálogo. Conforme Damázio (2007, p.26) o AEE é

um período adicional de horas diárias envolvendo três momentos didáticos-pedagógicos: Momento do Atendimento Educacional Especializado em Libras na escola comum, em que os diferentes conteúdos curriculares são explicados por um professor preferencialmente surdo ou com proficiência em Libras; Momento do Atendimento Educacional Especializado para o ensino de Libras, nesse momento os alunos surdos terão aulas de libras para aquisição de vocabulário principalmente de termos científicos; Momento do Atendimento Educacional Especializado para o ensino da Língua Portuguesa em que será trabalhado a segunda língua para o surdo que é o português por um professor da área, o atendimento deverá ser pelo diagnóstico do conhecimento que o aluno possui em português.

O atendimento ocorre diariamente no contraturno do discente. Toda a proposta do AEE para surdos deve ser organizada visando uma experiência visual efetiva e um processo de aprendizagem sólido. Toda a aula deve ser ministrada por em Língua Brasileira de Sinais por professores próprios da área e com domínio da língua, portanto os conteúdos curriculares são mediados com maior segurança e efetividade. Os docentes devem selecionar e elaborar os recursos didáticos necessários para o atendimento e organizar os momentos didáticos pedagógicos onde serão utilizados (DAMÁZIO, 2007, p. 25-29).

Damázio (2007) Alves, Ferreira, Damázio (2010) argumentam que o AEE faz parte de uma política linguística bilíngue, porém será que efetivamente esse bilinguismo proposto é posto em prática? Será que os alunos surdos efetivamente aprendem nessa metodologia de ensino? Se faz necessário uma nova proposta educacional, para novas práticas de ensino e aprendizagem?

Em carta aberta redigida em junho de 2012 ao ministro de educação, os sete primeiros doutores surdos que atuam nas áreas de pesquisa do ensino e da linguística discordam de que o ensino regular inclusivo seja o único e o melhor método para o ensino de qualidade para crianças e jovens surdos. Eles expõem que a educação inclusiva permite o convívio com todos os alunos surdos e ouvintes, mas não tem proporcionado um aprendizado significativo, justificando assim, é preciso sim conviver com as demais pessoas como cidadãos brasileiros, mas para isso, é necessário que a escola ensine efetivamente (CAMPELLO *et al* , 2012).

Nunes et al (2015, p.543), Luciane R. Lucinéia R. e Andrade (2016, p. 113) concordam que não há consenso sobre qual é a melhor proposta educacional entre escola bilíngue ou inclusiva, ou até uma alternativa que mescle essas duas possibilidades; assim independente do sistema, a escola deve ter como objetivo principal o desenvolvimento pleno do indivíduo, para que este possa expor suas ideias, refletir, opinar e atuar na sociedade como um cidadão completo. Tudo isso não limitando o surdo a uma patologia (visão clínico-



terapêutica), mas reconhecendo a Libras como uma língua, um meio legítimo de expressão da subjetividade surda atuando no espaço educacional, procurando cada vez mais expandir-se.

## **METODOLOGIA**

O levantamento bibliográfico ora desenvolvido foi elaborado a partir de uma criteriosa seleção de produções acadêmicas, acrescentando-se documentos oficiais, autores consagrados localizados por periódicos científicos e anais de encontros científicos que abordem o tema da surdez, da inclusão e educação relacionado aos educandos surdos, no sentido de apresentar um conteúdo formado de conceitos, teorias e considerações sobre a temática. A partir de uma abordagem qualitativa caracterizada pela “interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa” (PRODANOV, 2013, p.70), de natureza básica objetiva-se uma descrição sobre a temática proposta sobre a Educação Bilíngue através de relatos de alunos surdos elencando algumas reflexões sobre o bilinguismo e o ensino regular. Os relatos foram selecionados pelos anais do I e III Congresso Internacional de Educação Inclusiva (CINTEDI) e a Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva e Direitos Humanos, escolhendo a área temática que trata sobre a Educação de Surdos. Os trabalhos escolhidos tratavam sobre as vivências dos sujeitos com surdez no âmbito educacional extraindo reflexões e considerações dos pesquisadores sobre a temática proposta. Nesse sentido, procura-se refletir sobre o paradigma da educação bilíngue e regular, optando por um processo de aprendizagem efetivo e que agregue uma política linguística valorizando a Língua Brasileira de Sinais.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nos trabalhos pesquisados encontram-se relatos de experiências de alunos surdos que passaram por uma metodologia linguística bilíngue e há outros que se encontravam na sala de aula regular, através dos resultados e conclusões dessas pesquisas procurar-se-á delinear o pensamento aqui proposto para a educação bilíngue.

No primeiro momento, Paiva (2018) apresenta o relato de três professores surdos que estudaram na Escola Estadual de Audiocomunicação - EDAC em Campina Grande, PB. O

professor A<sup>7</sup> se expressa: “... na escola regular professores não sabem usar LIBRAS, é ruim, as disciplinas não tem adaptação... na escola bilíngue é diferente, ajudou muito, consigo entender claramente...escola ótima.” (PAIVA, 2018, p.8). O Professor B destaca a importância de estudar em uma escola bilíngue pelo respeito a sua língua de sinais Libras, meio pelo qual organizam o pensamento. Dois dos professores entrevistados estudaram por um breve período na escola regular “e manifestaram a dificuldade que encontraram pelo fato da escola não possuir material e metodologia apropriada, afirmando que os professores não usavam LIBRAS” (PAIVA, 2018, p.09).

Matos et al (2018) discorre sobre o processo de inclusão de uma estudante surda em uma escola pública localizada no município de Itambé (PE), analisando os desafios da inserção desta estudante na sala de aula regular e no AEE através da observação nesses ambientes, aplicando um questionário as professoras responsáveis. A aluna surda tinha seis anos de idade e estava no primeiro ano do fundamental e não é alfabetizada em Libras. Na análise proposta à professora em sala de aula afirmava que “a educanda demonstra muito interesse nas aulas, é visivelmente participativa em todas as atividades propostas na sala.” (MATOS et al, 2018, p.7), porém nas observações feitas era verificado uma aluna isolada na maior parte tempo apenas a imitando os colegas nas atividades em sala de aula. Na sala de aula a comunicação ocorre por gestos e mímicas já que a professora e os colegas não possuem o domínio na Libras. A professora ressalta que a aluna reconhece as letras do alfabeto não especificando como exatamente isso acontece, as conclusões foram de que “aluna é uma copista, pois escreve do quadro, mas não reconhece e nem lê o que está escrito” (MATOS et al, 2018, p.7).

A principal necessidade da aluna segundo a professora é a presença de um intérprete de Libras para mediar à comunicação, em tudo isso podemos concluir que “o desconhecimento das Libras, sobre a Cultura Surda, bem como de métodos de ensino para pessoas Surdas por parte da docente, acrescentada da ausência de um intérprete, compromete a inclusão escolar da aluna” (MATOS et al, 2018, p.9).

No AEE a professora que sabe Libras, e ensina para a referida aluna e os demais estudantes com o auxílio de recursos visuais, a docente explica a importância do contato com os pares linguísticos para a aquisição e desenvolvimento da língua. No AEE a aluna tem contato com outros alunos surdos e tenta se comunicar com a professora e com os colegas pela Libras. “A professora evidencia a importância do trabalho com a Libras e o seu uso no

---

<sup>7</sup> Para preservação dos sujeitos utilizados nas pesquisas referenciados é usado determinados caracteres lexicais na identificação de cada indivíduo.

cotidiano através de espaços que apresentem e estimulem o contato com esta língua” (MATOS et al, 2018, p.10).

Nesses dois relatos pode-se inferir a importância de uma metodologia bilíngue para o desenvolvimento cognitivo e social desses alunos surdos através do direito linguístico devidamente efetivado. Os professores percebem a diferença entre a escola bilíngue e regular escolhendo uma metodologia que contemple sua língua como pessoa surda. A aluna surda interage melhor com seus colegas pela Libras no AEE do que em sala de aula, constata-se aqui a importância de um ambiente com pares linguísticos em que o contato com a língua se mostra constante e a formação de educadores bilíngues, porém a aluna fica restrita ao uso da língua apenas no AEE já que nem seus colegas nem a professora na sala de aula sinalizam.

Em outro contexto Silva (2018) mostra uma turma bilíngue da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Presidente Vargas no Estado da Paraíba de ensino regular. A turma multisseriada dispõe de um instrutor surdo em Língua Brasileiras de Sinais e todas as disciplinas são ministradas em Libras. Pelas entrevistas os alunos relatam: “Depois que entrei na escola, tudo em minha vida mudou. Troquei os gestos por sinais e hoje tudo é mais interessante. (Aluno V); Eu aprendi muito e continuo aprendendo. Minha vida mudou completamente. (Aluno B)” (SILVA, 2018, p.06). É possível constatar ainda a mudança e a diferença entre as salas inclusivas e bilíngues: “Toda a minha vida estudei em salas inclusivas, é muito difícil, não aprendo nada porque os professores e colegas são ouvintes, não há comunicação e muito menos aprendizado. (Aluno V)” (SILVA, 2018, p.07).

Júnior et al (2014, p.05-07) investiga pelo método observacional um aluno surdo em sala de aula refletindo sobre o que interfere e favorece para um melhor aprendizado pelo discente analisado. O aluno observado cursava o terceiro ano do Ensino Médio em uma Escola Estadual localizada no município de Macau (RN), o aluno tem trinta e três anos e é auxiliado por uma intérprete de Libras.

Júnior et al (2014, p.06), relata que durante o período de observação constatou que a Escola não possuía elementos informação em Libras para que o próprio aluno pudesse se localizar na instituição, “Esse fator é muito preocupante, uma vez que os gestores das escolas, de uma forma geral, acreditam que apenas disponibilizando a intérprete já asseguram a inclusão do surdo na escola”. Em entrevista a intérprete comenta que o aluno enfrenta muitas dificuldades na aprendizagem, um fato visto foi que o professor em sala de aula não utilizou nenhum material visual para auxiliar no ensino e aprendizagem do educando (JÚNIOR et al, 2014, p. 09).



Averigua-se novamente a importância de metodologias visuais para um aprendizado significativo para os discentes surdos, indo além, como colocado no exemplo alhures que o processo inclusivo não consiste simplesmente em inserir o profissional intérprete em sala de aula, ou favorecer um atendimento especializado, uma metodologia verdadeiramente bilíngue propõe uma mudança nas estruturas pedagógicas da escola, passando principalmente pelas especificidades linguísticas, ou seja, não somente o aluno ou o intérprete devem saber libras, mas os professores, os colegas, toda a comunidade escolar.

Um último relato é destacado por Nascimento et al (2014) sobre a abordagem educacional bilíngue ofertada aos alunos da Unidade Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental para surdos Nossa Senhora da Conceição em Sumé (PB), tomando a Libras como a língua de instrução em todas as demais disciplinas. O estudo foi constituído por entrevistar alunos surdos da instituição bilíngue, a fala dos alunos surdos demonstra “que a Libras, é a principal representatividade do surdo, é uma língua viva, que atende às especificidades linguísticas dos surdos e reconhece as diferenças” (NASCIMENTO et al, 2014, p.07). Sobre vivências educacionais desses alunos na escola regular eles expõem “que o modelo inclusivo de educação está equivocada com a educação oferecida aos surdos. Esta inclusão só está escrita no papel, na realidade, a situação do surdo na escola regular é de isolamento” (NASCIMENTO et al, 2014, p.07).

Constata-se que as matérias dos conteúdos propostos são ministradas em Libras, toda a interação que ocorre entre o professor, o instrutor e os alunos se dão por essa língua. Pela fala dos alunos é perceptível à mudança de perspectiva em relação ao ensino regular e a educação bilíngue, sendo esta a que é mais capaz de atender aos anseios dessa comunidade de discentes surdos que anseia por um direito linguístico efetivo e amplo e através dessa política linguística pensar também a cultura surda, sua História e referenciais, tornando assim o aluno um verdadeiro cidadão, crítico e autônomo capaz de se expressar, questionar, opinar por sua língua, todos esses estímulos também são colocados no âmbito escolar.

Portanto, a concepção bilíngue de ensino é esse campo epistemológico que abrange aspectos linguísticos, sociais, culturais, cognitivos, afetivos, promovendo uma educação de qualidade que pensa no aluno como centro do processo de aprendizagem e ensino, e isso só poderá ocorrer se sua língua também participar desse processo. Muitas propostas inclusivas adotam discursos bilíngues, não valorizam a língua nem a cultura surda, é preciso ir além do atendimento especializado ou inserção do intérpretes de libras, e reconhecendo a relevância desses elementos, porém para uma potencial educação bilíngue deve-se pensar que a língua deve ultrapassar o lócus do AEE e da interação entre intérprete e surdo e atingir toda a

comunidade escolar, formando assim uma comunidade bilíngue e a construção de um conhecimento significativo, contextualizado de múltiplas possibilidades para os indivíduos surdos em qualquer etapa escolar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente a educação das pessoas com surdez, na escola comum ou especial, perpassou três linhas político, ideológicas e pedagógicas: oralismo, comunicação total e bilinguismo. O objetivo deste artigo foi refletir sobre a proposta bilíngue para educação de surdos a partir de aportes teórico-discursivos e relatos de pesquisas envolvendo indivíduos surdos e suas experiências em relação ao ensino regular e/ou bilíngue. Entende-se a proposta bilíngue como um grande campo de experiências educacionais em que a língua de sinais coloca-se como fator linguístico principal na interação entre toda a comunidade escolar, reflete-se sobre uma proposta ampla que pense o aluno surdo subjetivamente como um indivíduo integral que usa uma língua específica, participa de uma comunidade e tece experiências de mundo visuais.

Por meio dos relatos conclui-se que os alunos surdos ao serem indagados sobre suas vivências educacionais demonstravam maior interesse pelo modelo bilíngue de ensino, pois este contempla sua língua, sua experiência e cultura visual. Deduzir-se-á, pois que a proposta bilíngue mostra-se mais determinante para uma educação que forme indivíduos críticos e autônomos, não sendo reducionista ao pensar somente em um atendimento educacional ou adição do intérprete de libras, ao contrário, reconhecendo a importância do atendimento educacional e do intérprete é preciso propor uma experiência linguística bilíngue que se expanda em todos os contextos educacionais.

## REFERÊNCIAS

ALVEZ, Carla Barbosa; FERREIRA, Josimário de Paula, DAMÁZIO, Mirlene Macedo. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 4. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

BRASIL. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a lei de acessibilidade, nº 10.098/2000 e a lei de libras, nº 10.426. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 22 dez. 2005.

CAMPELLO, Ana Regina e Souza et al. **Carta Aberta ao Ministro da Educação**. 08 de junho de 2012. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Cl-fMYM9uRcJ:lenereispvh.blogspot.com/2012/06/carta-aberto-dos-doutores-surdos-ao.html+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: maio de 2020.

DAMÁZIO, M. F. M. **Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com Surdez**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

FELIPE, Tanya Amara. Bilinguismo e Educação Bilíngue: questões teóricas e práticas pedagógicas. **Revista Forum**, Rio de Janeiro – INES, v.1, p. 7-22, Jul/Dez, 2012.

JÚNIOR, Josivan Fernandes De Araújo et al. "O processo de ensino e aprendizagem de um aluno surdo em uma escola regular de ensino: identificando aspectos da inclusão". **Anais I CINTEDI...** Campina Grande: Realize Editora, 2014. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/9047>>. Acesso em: Out.2020

MATOS, Zélia Macena De et al. "Os desafios para a inclusão escolar de uma aluna surda numa escola pública no município de itambé - pe.". **Anais III CINTEDI...** Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/44923>>. Acesso em: Out.2020

MOURA Anaisa Alves de.; FREIRE, Edileuza Lima.; FELIX, Neudiane Moreira. Escolas Bilíngues para surdos no Brasil: uma luta a ser conquistada. **Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara**, v.21, n. esp.2, p. 1283-1295, nov. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22633/rpge.v21.n.esp2.2017.10172>>. Acesso em: maio de 2020.

MÜLLER, Janete Inês et al. Educação bilíngue para surdos: interlocução entre políticas linguísticas e educacionais. **Nonada: Letras em Revista**, Porto Alegre, vol. 2, núm. 21, p. 1-15, outubro, 2013.

NASCIMENTO, Adriana Farias Do et al. "Educação bilíngue e educação inclusiva: na concepção dos alunos surdos de sumé/pb". **Anais I CINTEDI...** Campina Grande: Realize Editora, 2014. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/8689>>. Acesso em: Out.2020

NUNES, Sylvia da Silveira et al. Surdez e educação: escolas inclusivas e/ou bilíngues? **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo. Volume 19, Número 3, p.537-545, Set/Dez de 2015.

PAIVA, Helena Virginia Pereira et al. "A história de sucesso de surdos que são professores na universidade: a importância da escola bilíngue em suas vidas.". **Anais III CINTEDI...** Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/44245>>. Acesso em: Out.2020

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale,2013.

SILVA, Stephania Raphaela Oliveira Da et al. "Perspectivas bilíngues: uma escola no cariri paraibano". **Anais III CINTEDI...** Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/44945>>. Acesso em: Out.2020

SOARES, Luciane R.; ANDRADE, Daniela Josefina de.; SOARES, Lucinéia R. Educação Inclusiva dos educandos com surdez em escolas bilíngues ou regulares. **Revista Forum**, Rio de Janeiro - INES, n° 34, p.105-117, Jul/dez. 2016.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**. Barcelona. 1996. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a\\_pdf/dec\\_universal\\_direitos\\_linguisticos.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf)> Acesso em: maio de 2020.